

LITERATURA PORTUGUESA EM PLAGAS BRASILEIRAS
OITOCENTISTAS: O CULTO BOCAGIANO DE ÁLVARES DE AZEVEDO E O
MISSIONARISMO CAMONIANO DE JOAQUIM NABUCO

Adriano Lima Drummond¹

Resumo: Neste artigo, analisamos o ensaio *Civilização e literatura em Portugal*, de Álvares de Azevedo, e a introdução do livro *Camões e os lusíadas*, de Joaquim Nabuco. Grandes figuras da história intelectual do Brasil oitocentista, Azevedo e Nabuco, nesses textos, questionam tanto o fato quanto a vantagem de uma independência literária brasileira em relação à literatura portuguesa, num discurso que professaria o culto bocagiano e o missionarismo camoniano de seus respectivos autores, bem destoantes do coro lusófono-nacionalista pós-1822.

Palavras-chave: Álvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Bocage, Camões, literatura.

Résumé: Dans cet article on analyse l'essai *Civilização e literatura em Portugal*, de Álvares de Azevedo, et l'introduction du livre *Camões e os lusíadas*, de Joaquim Nabuco. Grandes personnages de l'histoire intellectuelle du Brésil au XIX^{ème} siècle, Azevedo et Nabuco y objectent l'existence et les avantages de l'indépendance littéraire brésilienne par rapport à la littérature portugaise. Si chez le premier il y a pour ainsi dire une vénération de Bocage, le second a eut pour mission divulguer la vie et l'oeuvre de Camões, si bien que les deux hommes de lettres n'ont pas fait chorus autour le sentiment nationaliste et lusophile après 1822.

Mots-clés: Álvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Bocage, Camões, littérature.

A literatura oitocentista do Brasil, em destaque a romântica, pareceu a muitos críticos a expressão de um sentimento lusófono, associado a um projeto geral de afirmação de nossa autonomia literária, que reproduziria no âmbito cultural a independência política proclamada em 1822. Já em prefácio à coletânea *Parnaso brasileiro*, de 1829, Januário da Cunha Barbosa esboça esse projeto, que seria retomado pela obra de Gonçalves de Magalhães, chegaria a José de Alencar e renovaria o fôlego com a primeira geração do modernismo, no século XX. É patente, entre muitos e importantes críticos da segunda metade dos oitocentos, a exemplo de Sílvio Romero, o nacionalismo lusófono. Nos novecentos, manifesta-o Afrânio Coutinho, a ponto de, em “Conceito de literatura brasileira”, afirmar, em resposta contestatória a um acusado antinacionalismo por parte de Antonio Candido, expresso em *Formação da literatura brasileira*: “A literatura brasileira não começa no momento arcádico-romântico. Vem de antes, partiu do instante em que o primeiro homem europeu aqui pôs o pé, aqui se instalou, iniciando uma nova realidade histórica, [...] germinando uma nova literatura” (COUTINHO, [s.d.], p.40). Curiosamente (se pensarmos no antagonismo de

¹ Doutorando em Estudos comparados de literaturas de língua portuguesa pela FFLCH/USP

perspectivas entre Afrânio Coutinho e Antonio Candido), Abel Barros Baptista também verificará em *Formação da literatura brasileira* a sobrevivência de imperativos nacionalistas erguidos como bandeira dos modernistas da década de 1920, traduzidos no estabelecimento da “possibilidade de desconhecer Portugal ‘pura e simplesmente’, dando esse desconhecimento como resultado natural do processo de ‘formação’ da literatura brasileira” (BAPTISTA, 2005, p.43).

Neste artigo, pretendemos contribuir para a verificação de como a literatura portuguesa ainda está presente, de modo inequívoco, na cena literária oitocentista brasileira. Aqui deteremos o olhar sobre dois autores que nos levam a repensar a suposta interdição do diálogo entre as literaturas de aquém e além-mar: Álvares de Azevedo e Joaquim Nabuco. Do primeiro, o ensaio *Civilização e literatura em Portugal*, em que observamos implicitamente justificado o culto por parte do autor ao poeta Manuel Maria du Bocage. Do abolicionista pernambucano, escolhemos a introdução a seu livro *Camões e os lusíadas*, publicado em 1872, em comemoração aos 300 anos da primeira edição do poema épico do poeta português renascentista – apenas uma das ocasiões nas quais Nabuco, a sempre explicitar sua admiração precoce e perene por Camões, divulgou suas reflexões sobre a vida e a obra desse autor quinhentista, que valeram ao abolicionista, no entendimento de Gilberto Mendonça Teles, o honroso título de “fundador da Camonologia no Brasil” (TELES, 1979, p.145).

A crítica tem destacado que a obra de Álvares de Azevedo trava um disseminado diálogo intertextual com a literatura européia. Shakespeare, Byron, Shelley, Musset, Hugo, George Sand, Lamartine são nomes com os quais o leitor mais se depara, seja em epígrafes de livros, de poemas, seja como assunto de estudos literários, seja também como fonte de formação intelectual e de criação poética. A esse propósito, dentre os autores a serem elencados, ocupa lugar especial o português Manuel Maria du Bocage. Não é apenas seu nome citado em versos de *Lira dos vinte anos*, do *Poema do frade* e num dos contos de *Noite na taverna*: o poeta de Setúbal foi transformado em personagem no poema de feições lírico-dramáticas, não incluso em nenhum livro e intitulado “Glória moribunda”; também se encontra referido em mais de um texto de cunho crítico (o prefácio de *O conde Lopo* e a nota apensa ao quarto artigo dedicado ao *Jacques Rolla*, de Musset) e será eleito como o grande representante do que Azevedo denomina “fase negra” da história literária portuguesa, sobre a qual discorre em *Civilização e literatura em Portugal*. Nisso tudo aponta um sentimento por parte do

poeta brasileiro de grande afinidade com Bocage, no que se refere à imagem biográfica de homem genial e réprobo libertino, habitante dos mais degradados ambientes, como tavernas e prostíbulos – cores com que Azevedo tingiu vários personagens seus, como os de *Noite na taverna*, o protagonista-título de *Macário*, o narrador de *O poema do frade* etc. Esse verdadeiro culto bocagiano constitui a mais importante ponte entre a obra azevediana e a literatura portuguesa, ponte que integra uma malha de idéias sobre a condição da literatura produzida no Brasil tanto no período colonial quanto depois de 1822. Com efeito, chama a atenção o fato de que o poeta brasileiro tenha dedicado um relativamente longo ensaio sobre a literatura da então ex-metrópole e mesmo escrito sobre autores franceses, ingleses, alemães, mas nada a respeito da literatura de seu país, senão esparsamente. Na verdade, as reflexões de *Civilização e literatura em Portugal* parecem pretender eliminar qualquer possibilidade desse tipo de incômodo. Nesse texto, vê-se como historicamente questionável e culturalmente desfavorável separar-se a literatura brasileira da literatura portuguesa. É que, conforme já sugere no título de seu estudo, Azevedo mostra-se convencido (numa tradição crítica que remonta pelo menos a M^{me} de Staël) de haver relações muito próximas entre as características de uma sociedade e o caráter de sua produção literária, de modo que, sintetizando em uma frase lapidar: “Mudai as relações do país e a literatura muda” (AZEVEDO, 2000, p.708). Uma dessas “relações” que mais definiria a identidade de uma literatura seria a língua: “[...] quanto a nosso muito humilde parecer, sem língua à parte não há literatura à parte” (AZEVEDO, 2000, p.715). Assim, a literatura portuguesa somente alcança sua autonomia frente à espanhola, quando os poetas de Portugal passam a preferir expressar-se (ou predominantemente expressar-se) em português. *Os lusíadas* seriam o marco de separação entre uma e outra das literaturas ibéricas, embora seja “[...] tanta a similitude do parecer [...] que se fosse possível passar por esse tropeço do vário das línguas, pudéramos dizer que essas duas, eram uma só literatura” (AZEVEDO, 2000, p.716). Perante essa argumentação, teria sido impossível ao poeta brasileiro não tocar a questão, muito em voga nos debates literários de seu país, de a literatura do Brasil separar-se ou não da de Portugal. Tachando de “ridícula, de mesquinha pequenez” a defesa de Santiago Nunes Ribeiro pela separação e de “secundária” a polêmica que “[...] alguns poetas, e mais modernamente o Sr. Gonçalves Dias parecem ter indigitado: [a] saber, que a nossa literatura deve ser aquilo que ele intitulou nas suas coleções poéticas – poesias americanas” (AZEVEDO, 2000, p.715), Azevedo tanto se mostra avesso à idéia de que a mera tematização indianista, como a realizada pelo poeta de “I-juca-

pirama”, conduziria a uma separação identitária do que se escreve aquém e além-mar, quanto diz:

E demais, ignoro eu que lucro houvera [...] em não querermos derramar nossa mão cheia de jóias nesse cofre mais abundante da literatura pátria [a da ex-metrópole]; por causa de Durão, não poderemos chamar Camões nosso; por causa, por causa de quem?... (de Alvarenga?) nos resignarmos a dizer estrangeiro o livro de sonetos de Bocage! (AZEVEDO, 2000, p.715)

Como podemos observar na passagem acima, ao lado do argumento lingüístico, coloca-se o argumento da vantagem cultural para os brasileiros de pensarem sua literatura integrada à de Portugal, para que não pudéssemos chamar “estrangeiros” o poeta d’*Os lusíadas* e o de *Rimas*. Segue-se o argumento de cunho histórico-sociológico, que, embora se baseie exclusivamente no período anterior a 1822, ainda se aplicaria ao Brasil independente – assim compreendemos, pois Álvares de Azevedo polemiza a questão com um autor como Gonçalves Dias, o qual, em prefácio às *Sextilhas de frei Antão*, de 1848, proclamava que as “literaturas brasileira e portuguesa hão de ser duas [...]” (DIAS, in: COUTINHO, 1968, p.57):

[...] os vezos e usanças das colônias do Brasil eram os mesmos dos Portugueses: a língua foi sempre a mesma. Os poetas, cuja nascença tanto honra ao Brasil, alçaram seus vôos d’água na mãe-pátria. Com pouca exceção, todos nossos patrícios que se haviam erguido poetas, tinham-se ido inspirar em *terra portuguesa*, na leitura dos velhos livros, e nas grandezas da mãe-pátria. (AZEVEDO, 2000, p.716)

O caso é que, em *Civilização e literatura em Portugal* – texto escrito nos primeiros meses de 1850, segundo informa o autor em carta endereçada ao amigo Luís Antônio da Silva Nunes –, por mais que trate a questão da separação ou não entre a literatura brasileira e a portuguesa como secundária e nela não se aprofunde, Álvares de Azevedo pretendeu tomar parte no que Afrânio Coutinho denominou “polêmica da *Minerva brasiliense*”, transcorrida entre 1840 e 1860, da qual participaram o mencionado Santiago Nunes Ribeiro, Gama e Castro, Abreu e Lima, Joaquim Norberto

e outros. Nunes Ribeiro é autor do ensaio de teor nacionalista “Da nacionalidade da literatura brasileira”, de 1843, nele argumentando contra a tese de que “as produções intelectuais brasileiras deviam pertencer a Portugal em virtude dos vínculos existentes entre os dois povos” (COUTINHO, 1968, p.53), além de questionar o argumento da identificação nacional de uma literatura pela língua – dois cerne da concepção literária alvaresiana expostas em *Civilização e literatura em Portugal*, em concordância com a “teoria portuguesa”, que, segundo Afrânio Coutinho, “veio de Garrett e se prolonga por toda a historiografia literária lusa” (COUTINHO, 1968, p.32). Para Nunes Ribeiro: “A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo, ou de uma época: ora o Brasil tem uma índole, um caráter, uma inteligência social própria; logo tem uma literatura própria, isto é, uma literatura brasileira” (RIBEIRO, in: COUTINHO, 1968, p.42). Por motivos de espaço e foco, não nos deteremos sobre a “polêmica da *Minerva brasiliense*”, aqui referida no intuito de melhor contextualizar a discussão fomentada pelo texto de Álvares de Azevedo (polêmica que tem prosseguimento, de alguma forma, com Joaquim Nabuco, José de Alencar e Machado de Assis, como veremos adiante). Mas ainda cumpre acrescentar a esse contexto a menção às *Reflexões sobre a poesia brasileira*, de Bernardo Guimarães, amigo e companheiro de república em São Paulo de Azevedo. Nesse ensaio não concluído, Bernardo Guimarães critica a influência da literatura francesa na produção literária do Brasil, o que constituiria obstáculo à plena expressão nacional de nossa literatura, e defende os clássicos portugueses como mais convenientes modelos para os poetas brasileiros (cf. GARMES, 2006, p.96-100). De todo modo, ficam patentes as discrepâncias entre as posturas de Azevedo e Guimarães, na medida em que o primeiro nem se indispõe com a literatura francesa (haja vista sua admiração por Musset, Hugo, Sand...) e tampouco pensa na constituição identitária da nacionalidade literária brasileira. Em cotejo de outro ensaio de Álvares de Azevedo com as *Reflexões sobre a poesia brasileira*, de Bernardo Guimarães, conclui Helder Garmes:

Buscando defender a literatura nacional da imitação aos franceses, Bernardo considerava que, não sendo possível evitar a imitação à literatura européia, deveríamos emular então a portuguesa, por estar mais próxima de nossa identidade nacional. Já o próprio motivo do texto de Azevedo – a análise do poema de Musset [o *Jacques Rolla*], considerado escritor exemplar – funciona como resposta ao antigalicismo de Bernardo. Se ambos se aproximam da literatura

portuguesa, é por intenções e trajetórias bastante distintas. (GARMES, 2006, p.108-109)

Se não se separa nem se deveria separar, segundo Álvares de Azevedo, a literatura brasileira da portuguesa, devido à expressão de ambas no mesmo idioma e da proximidade das relações sociais entre Brasil e Portugal, mesmo depois do Grito às margens do Ipiranga, dá-se a entender, em *Civilização e literatura em Portugal*, que o falar de Camões e de Bocage é tratar de assunto de interesse e de propriedade também dos brasileiros. É expressivo o fato de Azevedo concluir sua explicação do envolvimento da literatura com a sociedade e suas considerações gerais sobre a literatura portuguesa desde a Idade Média até o século XIX, com uma repreensão a Lord Byron – poeta, como sabemos, idolatrado pelo brasileiro – por ter, em *Childe Harold's pilgrimage*, escrito versos ásperos sobre os portugueses. O autor de *Lira dos vinte anos* dirige-se ao poeta britânico, dizendo: “Poeta! e esqueceras que essa nação sobre cujo táfalo pisavas tinha por Edda o livro de Luís de Camões [...]” e “[...] que a nação de que rias, real entre as demais, tinha mais Homeros que a Europa toda [...]?” (AZEVEDO, 2000, p.724). Cremos, nessa defesa da terra lusitana contra os ataques irônicos de Byron, apontar mais que um sentimento lusofílico por parte de Azevedo; verificaríamos aqui um patriotismo ferido de quem poderia dizer que *minha pátria é a literatura portuguesa*. Desse modo, *Civilização e literatura em Portugal* não seria fruto de interesse exclusivamente intelectual pelo tema, mas de uma identificação como autor pertencente ao quadro de autores da literatura portuguesa. Essa auto-compreensão torna-se mais evidente com a leitura do que Azevedo escreveu, nesse ensaio, sobre Bocage, considerado “o rei da literatura Portuguesa de então”, isto é, o que denomina de “fase negra” (AZEVEDO, 2000, p.736).

Tendo vivido num período de conflito entre “as desesperanças materialistas da filosofia Francesa” e “o idealismo de Kant e Fichte” (AZEVEDO, 2000, p.736), em Manuel Maria du Bocage haveriam convivido “o engenho dormido na perdição, o cisne com as asas abertas caindo no pantanal, o soldado libertino, ébrio no bordel” (AZEVEDO, 2000, p.740) e o gênio que “de suas lágrimas perfumadas regava a capela murcha de esperanças, e o fanado das fímbrias alvacentas de anjos que lhe passavam nas sombras!” (AZEVEDO, 2000, p.741). Álvares de Azevedo aponta uma série de semelhanças entre o poeta neoclássico e pré-romântico português e, em destaque, Byron

e Werner, no que tange à sensibilidade poética e à existência dolorosa. No entanto, coerente com a concepção explanada nas primeiras páginas de seu ensaio, Azevedo ainda os distingue, com base na influência mezológica sobre cada um desses poetas. Assim: “Dessem a esse Português a cópia de instrução que mana caudal na Alemanha, embalassem-no aos *lieders* [sic] da superstição teutônica [...] – e Bocage fora Werner”; e aquele não chegou a ser este, pelo simples fato de que “Werner era Alemão e Bocage Português” (AZEVEDO, 2000, p.743). Esse raciocínio nos conduz a uma importante conclusão. No segundo prefácio de *Lira dos vinte anos*, o poeta brasileiro esclarece sua criação poética com base na binomia de um “mundo visionário e platônico”, expresso na primeira parte do livro, e da “ilha Baratária de D. Quixote, onde Sancho é rei” (AZEVEDO, 2000, p.190) – a idéia de binomia marca a visão poética e a concepção crítica do autor. Se Bocage, como quer Azevedo, é um poeta “binômico”, que, apesar de assemelhar-se a Byron e Werner em certos aspectos, destes diferencia-se pela distinta nacionalidade, podemos inferir que a identificação plena só poderia ocorrer, conforme critérios estabelecidos em *Civilização e literatura em Portugal*, entre Bocage e o próprio Álvares de Azevedo, dois poetas que vivenciariam as mesmas condições civilizatórias. Essa identificação com o poeta neoclássico e pré-romântico português expressa a auto-compreensão do poeta romântico brasileiro, que, afirmando os vínculos da literatura de seu país com a da ex-metrópole, também se situaria na história literária como uma espécie de herdeiro de Bocage.

Passemos agora a focalizar a presença da literatura portuguesa dentro dos interesses do outro autor brasileiro aqui selecionado.

Joaquim Nabuco, a 14 de maio de 1908, profere, perante os estudantes da Universidade de Yale, “The place of Camoens in literature” (“O lugar de Camões na literatura”). Reconhecido internacionalmente pelo engajamento abolicionista e consagrado pela conquista da abolição já havia 20 anos, Nabuco, nessa conferência, declara de início:

Depois de ler, pela primeira vez, os *Lusíadas* não demorei a externar o meu deslumbramento em um pequeno volume, trabalho de mocidade para o qual não offereci outra desculpa senão a de que todo tributo de amor deve ser aceitável a um poeta. Não me arrependo de ter assim registrado minha primeira impressão, que cresceu sempre em annos de

culto fiel, e acompanhou o meu espírito através da vida inteira.
(NABUCO, 1940, p.1)

O livro de juventude mencionado intitula-se *Camões e os lusíadas*, publicado aos 23 anos, a 1872, em homenagem ao terceiro centenário da publicação do poema épico camoniano. A obra recebeu críticas de Teófilo Braga – integrante da Geração de 70 e que se firmava, então, como autoridade nos estudos sobre Camões –, que nela não teria visto, conforme se recordará o próprio Nabuco em sua autobiografia, *Minha formação*, “nenhum valor literário” (NABUCO, 1981, p.42). De qualquer forma, o brasileiro, como vemos na passagem acima, nunca se arrependeu de ter publicado o registro juvenil de sua “fervorosa admiração” pelo poeta renascentista português, cuja vida e obra prometera precocemente estudar e divulgar por toda a vida. De fato, Joaquim Nabuco jamais perderá de vista, em todos os seus textos sobre o tema, a necessidade imperativa de se ler a obra de Camões. Observando, com tristeza, no livro de 1872, que “*Os lusíadas* são um livro pouco lido e pouco conhecido” (NABUCO, 1872, p.5), ao contrário de tantas obras efêmeras oriundas de França e de uma literatura que, deixando de falar “ao espírito”, apenas fala “ao sistema nervoso, à sensibilidade doentia das mulheres histéricas e aos homens ciosos” (cf. NABUCO, 1872, p.7-8) – alusão à produção literária romântica –, o jovem autor brasileiro incentiva a mocidade à leitura do poema épico camoniano logo nas primeiras páginas da introdução a *Camões e os lusíadas*. O incentivo se repetirá em ocasião do terceiro centenário de morte do poeta, quando, a convite do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a 10 de junho de 1880, proferirá discurso, em que expressa seu desejo de que “[...] os *lusíadas* sejam distribuídos generosamente pelas escolas, para serem lidos, decorados e comentados pela mocidade” (NABUCO, 1939, p.20). No que se refere aos interesses de Joaquim Nabuco como homem público, a dedicação ao estudo e à divulgação da vida e obra camoniana – dedicação essa que começa na juventude e prossegue até à morte do ilustre político pernambucano – parece-nos somente encontrar rival em seu engajamento abolicionista. Isso que denominamos aqui de “missionarismo camoniano” também o levou a pensar sobre as relações entre a literatura do Brasil e a de Portugal, especialmente na introdução de *Camões e os lusíadas*. Aqui o autor esclarece: “Escolhendo *Os lusíadas* para objeto de meus estudos, acredito que tomei um assunto nacional. *Os lusíadas* são a obra-prima da literatura portuguesa, que é nossa” –

afirmação a que sucede menção a trabalhos nos quais havia o “intuito de dar-nos uma literatura própria”, entretanto, assevera o jovem autor: “ela ainda não existe” (NABUCO, 1872, p.10). É que, lemos páginas adiante, “não está no poder de um homem, nem de um grupo, mudar a natureza das coisas e que as literaturas formam-se lentamente, como a língua, a religião e a sociedade” (NABUCO, 1872, p.14). Mesmo havendo importantes diferenças entre o que aqui diz Joaquim Nabuco e o que dirá Machado de Assis, poucos anos depois, em “Instinto de nacionalidade”, é fácil apontar para esta semelhança de perspectiva: “Esta outra independência [a literária] não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo” (ASSIS, 1968, p.136-137). Assim, Joaquim Nabuco reprova a busca de uma autenticidade literária nacional com base no que propunha o indianismo, nestes termos: “Uma literatura, inspirada pela vida errante das tribos primitivas, que se servisse amplamente de seu rude vocabulário, que não nos descrevesse senão os seus costumes, seria bem uma literatura tupi ou guarani, mas não a brasileira” (NABUCO, 1872, p.11). Isso, em consonância com o que advogará o amigo Machado, três anos depois: “É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária” (ASSIS, 1968, p.138). Também para Nabuco, é tão descabida a solução apressada de encontrar a nacionalidade literária na cultura indígena quanto o fato de que a “vida do Brasil começou em 1500; antes existia o seu solo, mas com outro nome e povoado por outra raça. O domínio dessa desapareceu, barbaramente perseguido, é certo, e refugiou-se no interior ainda virgem do país” (NABUCO, 1872, p.11). Isso posto, surge a pergunta de força retórica: “[...] e o que tem a sociedade brasileira com as tribos indígenas?” (NABUCO, 1872, p.12). Rejeitando “a cor local” como expressão da “originalidade de uma literatura”, Nabuco argumenta que, se assim fosse, “Gonçalves Dias seria andaluz do tempo dos sarracenos, Byron seria veneziano ou grego e Shakespeare seria ao mesmo tempo bretão, romano e mouro” (NABUCO, 1872, p.12) – último exemplo dos quais a ser recordado por Machado de Assis, em “Instinto de nacionalidade”: “[...] perguntarei mais se *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta e Romeu* [sic] têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês” (MACHADO, 1968, p.140). Também a opinião de que a sociedade brasileira já, na época e mesmo antes, se diferenciava da sociedade

portuguesa, Nabuco a contradiz, observando que no “Brasil não há por ora originalidade alguma, nem de artes, nem de construção, nem de costumes, nem de vida”, senão, “em nossa honra”, a “natureza” e, “para nossa vergonha”, a “escravidão” (NABUCO, 1872, p.13). Para Joaquim Nabuco, o selo do regime escravocrata constitui uma nódoa que mesmo contamina a produção literária dos brasileiros, sendo ainda um resquício da colonização lusitana que interditaria a plenitude de nossa autonomia. E, assim, conclui:

Não duvido que venhamos a ter uma abundante literatura pátria, mas para isso é preciso, primeiro, que a alma beba amplamente inspirações na nossa natureza e, depois, que a sociedade chegue pela liberdade a tomar sua forma definitiva. Enquanto tais resultados não se produzirem, os *Lusíadas* como obra-prima de nossa língua, serão a obra-prima de nossa literatura. (NABUCO, 1872, p.14)

Curiosamente, a passagem acima não constitui qualquer diagnóstico de uma separação entre as literaturas brasileira e portuguesa. Aliás, o autor toma como “preconceito” o suposto dever de “tornar-nos independentes de Portugal, literária, como nos tornamos politicamente” (NABUCO, 1872, p.15), feito que muitos teriam atribuído à obra de Gonçalves de Magalhães, isto é, o ter realizado “a nacionalização das letras pátrias”, o que também nega Nabuco, em vista da precária qualidade estética de seus textos, incapazes de fundar uma verdadeira e autóctone tradição literária no país. Na verdade, Joaquim Nabuco defende: “Escolhendo, pois, os *Lusíadas*, acredito que não saí do terreno da literatura nacional” (NABUCO, 1872, p.15), crença que mais se postula na explicitação final dos propósitos de seu livro comemorativo:

Em 1859, em 1864 e em 1865, a Alemanha, a Inglaterra e a Itália celebraram com festas nacionais os centenários de Schiller, de Shakespeare e de Dante. Publicando hoje estas notas, não faço mais do que fizeram os homens de coração desses três países, quando, deixando os campos, vinham às cidades cobrir de flores as estátuas dos poetas. Eu pago o tributo de uma admiração sempre crescente a Luís de Camões no terceiro centenário de seu poema. (NABUCO, 1872, p.16-17)

Como se vê, a admiração pessoal pelo poeta renascentista português ganha uma dimensão coletiva: se foram alemães, ingleses e italianos os que homenagearam grandes poetas de suas respectivas nações, Nabuco – um brasileiro – legitima sua homenagem a um poeta português, com base no vínculo cultural entre Brasil e Portugal, mesmo após

1822, e uma dependência literária daquele em relação a este, a que seria desnecessário pôr fim, para não perdermos a obra camoniana como tesouro também dos brasileiros.

Se para Álvares de Azevedo, em *Civilização e literatura em Portugal*, a literatura brasileira não se separa da portuguesa, pela expressão comum na mesma língua e pelas relações sociais ainda continuarem próximas no Brasil e em Portugal, Joaquim Nabuco, sem considerar com igual importância o fator lingüístico, mas sim preponderantemente as condições da estrutura social brasileira, também não enxerga uma efetiva independência da produção literária em seu país em relação à da ex-metrópole. Aliás, ambos os autores acreditam que, além de a literatura brasileira separar-se da literatura portuguesa, seria prejudicial, segundo Azevedo, e preconceituoso, segundo Nabuco, os brasileiros investirem nessa independência, uma vez que grandes poetas portugueses passariam a ser excluídos do cânone literário nacional. Essa concepção lusofílica tem implicações importantes no âmbito identitário individual. Vimos que o culto bocagiano de Álvares de Azevedo expressa sua auto-compreensão como poeta romântico de língua portuguesa e nascido no Brasil. A temática, por vezes, mórbida e desesperada na obra de Bocage (elemento que leva a crítica a considerá-lo, mais do que um neoclássico ou um árcade, um poeta pré-romântico), sua imagem biográfica de homem libertino, avesso a convenções sociais, e seu gênio poético que transita por momentos de desencanto materialista e momentos de lirismo amoroso idealista são elementos de profunda afinidade literária entre um e outro poeta. Assim, Álvares de Azevedo parece não querer situar-se como um continuador do projeto nacionalista dos românticos brasileiros anteriores, a exemplo de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias (conforme visão tradicional na historiografia literária do Brasil), mas como um herdeiro da poética de um autor lusitano. Já o missionarismo camoniano de Joaquim Nabuco, que o levou, na introdução de seu livro *Camões e Os lusíadas*, a incentivar a leitura do poema épico em questão, que perdia lugar no interesse de leitores mais atraídos pela literatura romântica, também funcionaria como parte de discurso de uma nova geração que procura superar um romantismo já esfalfado. Tal embate de gerações prosseguirá na polêmica travada entre Nabuco e José de Alencar, em 1875, polêmica compreendida por Afrânio Coutinho nestas palavras: “Ao ocidentalismo de Nabuco opunha-se o nacionalismo de Alencar; ao universalismo do primeiro, a tendência nacionalizante do segundo” (COUTINHO, 1978, p.7). Ademais, o culto bocagiano de Álvares de Azevedo, que terá em Olavo Bilac, em outros termos, um

adepto continuador, revela um legado na cultura brasileira muito além da popular imagem de Bocage como poeta fescenino e personagem de piadas obscenas, e o missionarismo camoniano de Joaquim Nabuco constitui um dos mais impressionantes testemunhos da presença de Camões nas reflexões literárias oitocentistas de nosso país.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Álvares de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. pp. 706-744.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. In: CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira II: do romantismo ao simbolismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. pp.136-141.

BAPTISTA, Abel Barros. O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In: *O livro agreste*. Campinas: Unicamp, 2005. pp. 41-80.

COUTINHO, Afrânio (organização e introdução). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UnB, 1978.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Edusp, 1968.

COUTINHO, Afrânio. Conceito de literatura brasileira. In: *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]. pp. 9-86.

GARMES, Hélder. *O romantismo paulista: os ensaios literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.

NABUCO, Joaquim. *Camões e os lusíadas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. 10ª ed. Brasília: UnB, 1981.

NABUCO, Joaquim. Terceiro centenário de Camões. In: *Escreptos e discursos literários*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. pp. 1-24.

NABUCO, Joaquim. *Camões e assumptos americanos*. São Paulo: Cia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

TELES, Gilberto Mendonça. *Camões e a poesia brasileira*. 2ª ed. São Paulo; Brasília: Quíron; MEC, 1976.